

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA e CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA** durante os eventos desportivos executados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru, conforme condições, especificações técnicas, quantidades estimadas e demais exigências descritas neste documento e em seus anexos.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade administrativa de assegurar a adequada realização das atividades esportivas promovidas e apoiadas pela Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru – SEDUC, especialmente aquelas inseridas no calendário oficial de eventos esportivos educacionais do Município, os quais envolvem a participação de elevado número de estudantes-atletas, unidades escolares e diversas modalidades esportivas.

2.1.2 Nos termos das atribuições institucionais da SEDUC, compete à pasta não apenas a gestão das políticas públicas educacionais da rede municipal de ensino, mas também o desenvolvimento de ações voltadas à promoção do esporte e do lazer como instrumentos de formação integral dos estudantes, fortalecimento da cidadania, promoção da saúde e estímulo à convivência comunitária. Nesse contexto, a prática esportiva assume relevante função pedagógica e social, contribuindo para o desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como disciplina, cooperação, respeito às regras, ética esportiva e trabalho em equipe.

2.1.3 Dentre as iniciativas promovidas pelo Município, destacam-se eventos de grande alcance educacional e esportivo, como os Jogos Escolares Municipais de Caruaru – JEMC, a fase municipal dos Jogos Escolares de Pernambuco – JEP's, bem como festivais esportivos voltados à educação infantil, aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e à Educação de Jovens e Adultos. Tais eventos mobilizam anualmente milhares de estudantes e são realizados em diversas modalidades esportivas, tanto coletivas quanto individuais, frequentemente ocorrendo de forma simultânea em diferentes locais de competição.

2.1.4 A realização regular e organizada dessas competições exige a atuação de equipes técnicas especializadas responsáveis pela condução das partidas, aplicação das regras oficiais de cada modalidade, controle de tempo de jogo, registro de resultados em súmulas, aplicação de sanções disciplinares quando cabíveis e garantia da lisura e da imparcialidade das disputas. Ademais, a condução das competições deve observar rigorosamente os regulamentos das federações e confederações esportivas, bem como as disposições do Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD e demais normas técnicas aplicáveis.

2.1.5 Entretanto, verifica-se que a Secretaria de Educação e Esportes não dispõe, em seu quadro de servidores efetivos ou comissionados, de profissionais com habilitação técnica, certificação ou credenciamento federativo exigidos para o exercício da função de arbitragem

nas diversas modalidades esportivas contempladas no calendário municipal. Cumpre ressaltar que a atividade de arbitragem esportiva possui natureza técnica especializada e requer formação específica, experiência comprovada e atualização permanente em relação às normas e regulamentos das respectivas modalidades, não se configurando como atribuição típica dos cargos integrantes da estrutura administrativa da SEDUC.

2.1.6 Além disso, a dinâmica das competições esportivas exige a disponibilização de múltiplas equipes de arbitragem atuando simultaneamente em diferentes partidas e modalidades, o que demanda estrutura operacional compatível, com profissionais suficientes para garantir a condução regular dos eventos, inclusive com substituição imediata em casos de ausência ou impedimento.

2.1.7 Nesse cenário, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica apresenta-se como medida necessária e adequada para assegurar a execução regular, segura e tecnicamente qualificada das competições esportivas promovidas pela Administração Municipal.

2.1.8 A adoção dessa solução permite à Administração contar com equipes de arbitragem devidamente capacitadas, estruturadas e aptas a atender simultaneamente às demandas do calendário esportivo, garantindo padronização técnica, confiabilidade dos resultados, regularidade das competições e adequada gestão operacional dos eventos.

2.1.9 Assim, a contratação pretendida revela-se indispensável para viabilizar a continuidade e a qualidade das políticas públicas de esporte educacional desenvolvidas pelo Município de Caruaru, assegurando a efetiva realização das competições esportivas e contribuindo para o fortalecimento da educação integral, da inclusão social e do desenvolvimento humano dos estudantes da rede municipal de ensino, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 Conforme discriminado no item 6 do Estudo Técnico Preliminar o quantitativo estimado da presente contratação foi definido com base no planejamento das atividades esportivas promovidas pela Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru – SEDUC, considerando critérios técnicos e o calendário anual de competições, festivais e eventos esportivos destinados aos estudantes da rede municipal de ensino.

2.2.2 Dessa forma, a estimativa da demanda foi definida de acordo com as informações técnicas da Gerência de Esportes, especialmente quanto ao número previsto de eventos, modalidades esportivas contempladas, quantidade estimada de partidas e etapas de competição, bem como a necessidade de realização de jogos simultâneos em diferentes espaços esportivos, de forma a garantir cobertura adequada para todos os eventos do calendário esportivo municipal.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 4 do ETP).

3. DA FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1.1 os serviços a serem adquiridos classificam-se como **SERVIÇOS COMUNS**, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II, do Decreto Municipal nº 065, de 29 de agosto de 2023, uma vez que suas especificações podem ser descritas de forma objetiva e padronizada, sem a necessidade de avaliações técnicas complexas.

3.1.2 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica, se classifica como **SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação do tópico 8.5 do Estudo Técnico Preliminar.

3.1.3 A licitação será processada na modalidade **Pregão Eletrônico**, em conformidade com o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido no item 4.5 e 9 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). Essa forma de julgamento mostra-se a mais adequada para assegurar a economicidade, a racionalidade administrativa e a efetiva obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.1.3.1 A presente contratação será realizada de forma única e indivisível, em Lote Único, em razão da interdependência técnica e operacional entre os serviços de arbitragem e cronometragem eletrônica, conforme amplamente fundamentado no tópico 9 do Estudo Técnico Preliminar que instrui este processo.

3.1.3.2 O calendário esportivo do Município contempla a realização de diversas modalidades esportivas concomitantes, muitas delas ocorrendo simultaneamente dentro de um mesmo evento ou complexo esportivo, o que exige atuação integrada, sincronizada e padronizada das equipes de arbitragem e cronometragem, inviabilizando tecnicamente a fragmentação do objeto.

3.1.3.3 A contratação em Lote Único não restringe a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas habilitadas a executar integralmente os serviços nas diversas modalidades, conforme verificado nas pesquisas de mercado e no levantamento de processos licitatórios análogos realizados por outros entes públicos, em consonância com o posicionamento do TCE/PE (Acórdão nº 13/2025 — Primeira Câmara) e com a Súmula nº 247 do TCU, que admitem a adjudicação em lote único desde que devidamente justificada sob aspectos técnicos e administrativos, sem demonstração de prejuízo à competitividade.

3.1.4 A entrega dos serviços será realizada de forma **parcelada**, ao longo da vigência contratual, conforme demanda do calendário esportivo previamente definido e comunicado à contratada pela SEDUC.

3.1.5 O modo de disputa a ser utilizado será o **aberto**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando lances sucessivos e competitividade em tempo real entre os licitantes, o que potencializa a obtenção de melhores condições comerciais para o Município.

3.1.6 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

3.2 DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS E VALORES

3.2.1. Levando em consideração a descrição da solução escolhida no tópico 8 do Estudo Técnico Preliminar, o município de Caruaru tem a necessidade de contratar uma empresa especializada para **prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica.**

3.2.2. Para melhor compreensão **os quantitativos estimados e as especificações detalhadas dos serviços pretendidos encontram-se devidamente discriminados na planilha abaixo,** no qual constam as descrições técnicas, parâmetros operacionais e demais informações necessárias à adequada caracterização do objeto da futura contratação:

LOTE ÚNICO					
ITE M	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor estimado unitário	Valor estimado total
1	ARBITRAGEM para JOGO DE BASQUETEBOL , Serviço de arbitragem para a modalidade de Basquetebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, 1 (um) Apontador de vinte e quatro segundos, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	260	R\$ 440.00	R\$ 114.400.00
2	ARBITRAGEM para JOGO DE FUTEBOL , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de campo, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Quarto Árbitro e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	340	R\$ 499.00	R\$169.660.00
3	ARBITRAGEM para JOGO DE FUTSAL , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de salão - Futsal, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Cronometrista e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada	JOGO	1.400	R\$ 279.50	R\$391.300.00
4	ARBITRAGEM para JOGO DE HANDEBOL , Serviço de arbitragem para a modalidade de Handebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	220	R\$ 393.00	R\$ 86.460.00

5	ARBITRAGEM para JOGO DE VOLEIBOL , Serviço de arbitragem para a modalidade de Voleibol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 2 (dois) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	400	R\$ 323.00	R\$ 129.00.00
6	ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO de NATAÇÃO Serviço de arbitragem para a modalidade de Natação, composto por 1 (um) árbitro geral, 2 (dois) árbitros de chegada, 3 (três) árbitros de virada, 2 (dois) árbitro de percurso, 1 (um) arbitro de partida, 1 (um) chefe de cronometragem, 6 (seis) cronometristas, 1 (um) anunciador e 1 (um) apurador, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.700.00	R\$ 59.200.00
7	ARBITRAGEM para JOGO DE BADMINTON , Serviço de arbitragem para a modalidade de Badminton, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 4 (quatro) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.400.00	R\$ 54.400.00
8	ARBITRAGEM para JOGO DE VÔLEI DE PRAIA , Serviço de arbitragem para a modalidade de Vôlei de Praia, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 2.407.51	R\$ 38.520.16
9	ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO DE XADREZ , Serviço de arbitragem para a competição de Xadrez, composto por 1 (um) Árbitro principal e 4 (quatro) Árbitros auxiliares, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	12	R\$ 2.224.50	R\$ 26.694.00
10	ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO DE JUDÔ , Serviço de arbitragem para a modalidade de Judô, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 04 (quatro) Árbitros laterais, 02 (dois) Anotadores, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$ 2.850.00	R\$ 68.400.00
11	ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO DE KARATÊ , Serviço de arbitragem para a modalidade de Karatê, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 02 (dois) Árbitros laterais, 01 (um) Anotador, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa	Etapa	24	R\$ 4.082.56	R\$ 97.981.44

	de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.				
12	ARBITRAGEM para JOGO DE TÊNIS DE MESA , Serviço de arbitragem para a modalidade de Tênis de Mesa, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 04 (quatro) Árbitros centrais, 01 (um) Árbitro de controle e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.600.00	R\$ 57.600.00
13	ARBITRAGEM para JOGO DE BOCHA , Serviço de arbitragem para a modalidade de Bocha, composto por 01 (um) Árbitro Geral, 03 (três) Árbitros auxiliares e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	10	R\$ 3.675.00	R\$ 36.750.00
14	ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO DE ATLETISMO , Serviço de arbitragem para a modalidade de Atletismo, composto por 01 (um) Árbitro geral, 01 (um) Árbitro de partida, 01 (um) Árbitro de chegada, 01 (um) Cronometrista Chefe, 01 (um) Árbitro de provas de campo, 01 (um) Árbitro de provas de pista, 03 (três) Árbitro de provas de arremessos, 8 (oito) Cronometrista e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.000.00	R\$ 48.000.00
15	BEACH TENNIS - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da Confederação Brasileira de Beach Tennis (CBBT). Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapa	8	R\$ 2.518.60	R\$ 20.148.80

16	FUTMESA - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da modalidade. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapas	8	R\$ 690.87	R\$ 5.526.96
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 1.404.241.36	

3.2.3. Os serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica objeto desta contratação deverá ser prestados em estrita conformidade com as **regras oficiais de cada modalidade esportiva**, os regulamentos das respectivas confederações e federações, as diretrizes do **Código Brasileiro de Justiça Desportiva — CBJD** e as normas técnicas aplicáveis, observando-se, em cada caso, a composição mínima de equipe definida para cada item.

3.2.4. A empresa contratada deverá disponibilizar equipes completas de arbitragem, em quantitativo suficiente para **atender simultaneamente** às competições, jogos e etapas previstas no calendário esportivo da SEDUC, inclusive em casos de sobreposição de horários e locais, assegurando a continuidade, a regularidade e a fidedignidade das competições.

3.2.5. Os profissionais designados para atuação nos eventos deverão:

- a) possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) ter formação compatível e experiência comprovada em eventos esportivos de porte e nível compatíveis com os jogos escolares municipais, estaduais e demais competições organizadas pela Administração;
- c) apresentar credenciamento ativo nas entidades esportivas competentes, Confederação, Federação e/ou Associações locais pertinentes à modalidade, comprovado mediante carteira, atestado de capacidade técnica e/ou certificado emitido pela entidade correspondente;
- d) observar rigorosamente as regras oficiais das modalidades e os regulamentos das competições promovidas pelo Município.

3.2.6. Constitui requisito técnico indispensável que a empresa contratada forneça, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: apitos, cronômetros, súmulas, formulários, cartões, bandeiras, pranchetas, trenas, equipamentos de sonorização, placares e sistemas de cronometragem eletrônica, quando exigidos pela modalidade. Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e adequados às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

3.2.7. Os preços ofertados deverão contemplar todas as despesas necessárias à perfeita realização dos serviços, incluindo: deslocamento, alimentação, eventual hospedagem dos profissionais, materiais relativos à arbitragem esportiva, placar eletrônico, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

3.2.8. As equipes de arbitragem deverão apresentar-se devidamente uniformizadas, identificadas e com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das competições, sendo vedados atrasos, ausências ou substituições não previamente autorizadas pela fiscalização contratual.

3.2.9. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o cronograma oficial dos eventos, com registro adequado das ocorrências e resultados em súmulas oficiais, as quais deverão ser entregues às equipes e encaminhadas à Comissão Organizadora nos prazos estabelecidos, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a regularidade das competições esportivas.

3.2.10. Não será admitida, na execução dos serviços, a participação de empresa ou de profissionais que estejam cumprindo penalidades de suspensão ou sanção imposta por órgãos da Justiça Desportiva ou por entes da Administração Pública. A contratada deverá promover a substituição imediata de qualquer profissional que venha a incorrer nessa condição durante a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

3.2.11. Os profissionais a serem disponibilizados para a execução dos serviços de arbitragem enquadram-se na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO nº 3772, correspondente a Árbitros Desportivos, conforme estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

4. FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Valor Referencial

4.1.1. O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023, realizado pela Gerência de Compras e Cotações da SAD, em que foi apurado a estimativa do valor total em R\$ 1.404.241.36 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), conforme detalhado expressamente no mapa de preços nº 73/2025, em anexo, e na tabela do item 3.2.2. do presente Termo de Referência.

4.1.2. Os valores unitários estão estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços anexo e são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

4.1.3. Os custos com frete, carga, descarga e transporte dos materiais deverão ser integralmente suportados pelo licitante vencedor, sem qualquer custo adicional posterior à Administração, devendo estar expressamente contemplados na proposta.

4.2. Forma de Pagamento

4.2.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

4.2.2. Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

4.2.3. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

4.2.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

4.2.5. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da vinculados ao mesmo CNPJ constante do contrato.

4.2.6. É vedado o pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

4.2.7. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

4.2.8. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no subitem 4.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

4.2.9. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

4.2.10. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

4.3. Reajuste de Preços

4.3.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

4.3.3. Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

4.3.4. A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

4.4. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados de acordo com o cronograma/tabela dos jogos e competições, apresentada quando da emissão da Ordem de Fornecimento/serviço, gerada pelo Setor Responsável da Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru.

5.2 Os serviços deverão ser realizados no local, dia e horário estabelecidos pela Secretaria de Educação, conforme o cronograma/tabela dos jogos e competições;

5.2.1 Os serviços solicitados deverão ser realizados nos locais e datas especificadas em boletim. A Fase Municipal dos JEP's (Jogos Escolares de Pernambuco) sempre acontece no primeiro semestre letivo com datas a serem definidas pela a Coordenação de Esporte Educacional da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado de Pernambuco. Os JEMC (Jogos Escolares Municipais de Caruaru) podem ser realizados em uma ou duas etapas, começando no primeiro semestre e finalizando no segundo, sempre em locais informados em boletins após vitorias e autorizações prévias no período da competição.

Possíveis locais de competição:

MODALIDADE	LOCAL	ENDEREÇO
Atletismo	Pista de Atletismo do Colégio Municipal Álvaro Lins	Rua Visconde de Inhaúma, s/n - Maurício de Nassau
Bocha Adaptada	Ginásio Municipal Prof.	Rua Tropical, s/n. Maurício de

	Erlandsen Rodrigues da Silva	Nassau
Judô, Karatê, Handebol,	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Basquete, Badminton,	ETI Irmã Ceciliana Gross	R. Vasco Fernandes Coutinho, 233 - Maurício de Nassau, Caruaru - PE, 55014-360
Xadrez	Escola Municipal Santos Anjos	Av. Joaquim Salvador da Cruz, 770, Bairro Kennedy - CEP - 55.036-020
Natação	Piscina Parque Aquático José Queiroz	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Tênis de Mesa	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Vôlei de Praia	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futsal	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva, Escola em Tempo Integral Altair Porto. Escola em Tempo Integral Rubem de Lima Barros. Escola Municipal José Florêncio Neto Escola em Tempo Integral Altair Nunes Porto Filho	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau Av. Quinze -Cidades Jardim Rua Olegário Bezerra, s/n - São Francisco Rua José Carlos Coutinho, s/n- Cedro
Voleibol	Escola Municipal Reunidas Duque de Caxias	Rua Erasmo Braga, 150- Centro
Festival Esportivo dos CMEI's	Centros Municipais de Educação Infantil	Em todos os CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil
Festival Esportivo dos anos iniciais	Escolas Municipais do Ensino Fundamental das Séries iniciais	Em todas as Escolas Municipais do Ensino Fundamental das Séries iniciais
Beach Tennis	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futmesa	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futebol	Estádio Vera Cruz Campo da Asces	R. Heleno Feijó da Silva, 135, São Francisco, Caruaru - PE, 55006-400 Av. Portugal, 584- B. Universitário

5.3 Das condições de entrega e recebimento:

5.3.1 Os serviços serão recebidos de modo **provisório** ao final de cada evento, pelo fiscal do contrato ou pela equipe de fiscalização, sendo de responsabilidade do Contratado os padrões adequados de segurança e qualidade, conforme exigências do Edital e instrumento contratual;

5.3.2 Os serviços serão recebidos de modo **definitivo**, no prazo de 10(dez) dias do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, com o ATESTO nas Notas Fiscais;

5.3.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

5.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

5.3.5 Os serviços serão conferidos, somente por pessoa credenciada da Secretaria de Educação;

5.4 A contratada deverá garantir que todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço estejam devidamente treinados e habilitados. As equipes de arbitragem deverão comparecer, devidamente identificadas e uniformizadas, ao local das competições com antecedência mínima de 1 (uma) hora, não sendo permitido atrasos ou ausências das equipes de arbitragem designadas;

5.5. Os profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão apresentar-se ao trabalho munido de todo o material necessário à execução dos serviços, específicos para as atividades que serão realizadas, utilizando roupas adequadas ao ambiente e aos serviços;

5.6 Todos os materiais e equipamentos necessários à efetiva prestação dos serviços de arbitragem serão por conta da CONTRATADA.

5.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado pelo setor responsável da Secretaria de Educação de Caruaru, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades;

5.8 O transporte necessário para a realização dos serviços até os locais de competição e jogos, a alimentação e hospedagem das equipes de arbitragem deverão ser de responsabilidade integralmente da empresa contratada.

5.9. As equipes de arbitragem se deslocarão por conta própria, aos locais de competição e, em caso de eventualidade, deverão se dirigir à Comissão Organizadora designada pela Secretaria de Educação e Esportes.

5.10. As equipes de arbitragem reportarão todos os resultados aos Árbitros gerais de cada Modalidade, os quais irão passar para a Comissão Organizadora, designada pela Secretaria de Educação e Esportes, para divulgação.

5.11. O Gerente de Esportes Educacional, ficará responsável em apresentar a tabela e o

cronograma dos jogos, especificando o dia, os horários e os locais dos jogos, por modalidade.

5.12. Os jogos poderão ocorrer simultaneamente em mais de um local, sendo necessário mais de uma equipe de arbitragem, em conformidade com a tabela apresentada no anexo I e de acordo com as tabelas definitivas a serem apresentadas pela Organização do evento.

5.13. As tabelas definitivas das competições deverão ser apresentadas até 05 (cinco) dias que antecedem as datas de cada jogo.

5.14. Os serviços prestados deverão estar de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, alterado pela Resolução CNE 29 de 10/12/2009 do Ministério Estadual de Esporte.

5.15. O serviço deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal.

5.16. A empresa Contratada deverá comunicar a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, de imediato e com antecedência mínima de 24h os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços, ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

5.17. Em caso de alteração de hora e dia dos jogos ou rodadas, ou cancelamentos dos mesmos, não acarretará prejuízos e custos adicionais para a Contratante.

5.18. A empresa vencedora deverá relatar em súmulas, as principais ocorrências dos jogos e deverá ainda fornecer cópias das súmulas às equipes logo após o término da partida.

5.19. A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar as súmulas das partidas à Comissão Organizadora, designada pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

5.4 Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

6 DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, BEM COMO, PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1.1. O **prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por prazo idêntico à vigência inicial, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- I. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. A Contratante/Município tenha interesse na continuidade dos serviços;

III. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso, mediante negociação entre os CONTRATANTES;

IV A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

6.1.2 Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.3 A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.1.4 A extinção mencionada não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da data de aniversário do contrato.

6.2 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 Nos termos do art.117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

Gestor(a) Titular: Kildary Belmiro Gomes, matrícula: 56.027-3

Gestor(a) Suplente: Erik Rafael Peixoto dos Anjos, matrícula: 56.020-2

E como fiscal:

Fiscal Titular: Carlos Augusto de Holanda Cavalcanti, matrícula: 56.020-0

Fiscal Suplente: Danyllo Alexandre de Menezes Amorim, matrícula: 56.020-1

6.2.2 O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

6.2.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

6.2.4. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto deste contrato, até o limite máximo de **50% (cinquenta por cento) do objeto**, desde que tal subcontratação se restrinja a parcelas executivas específicas, complementares ou especializadas, permanecendo sob sua responsabilidade direta a coordenação geral, o planejamento técnico, o gerenciamento operacional, a integração das frentes de trabalho e a responsabilidade técnica pela execução global do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A subcontratação não poderá implicar transferência da responsabilidade contratual, técnica ou administrativa, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela execução integral do contrato.

7.3. A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da fiscalização da CONTRATANTE o pedido de subcontratação, contendo:

I – identificação completa da empresa ou profissional subcontratado;

II – documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;

III – comprovação de qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada, especialmente quanto à habilitação, experiência e credenciamento junto às entidades esportivas competentes;

IV – indicação dos responsáveis técnicos, quando aplicável;

V – descrição detalhada dos serviços a serem subcontratados;

7.4. A autorização da subcontratação dependerá de análise e anuência formal da CONTRATANTE, que verificará a compatibilidade da subcontratada com as exigências do edital e a preservação da unidade técnica e operacional do objeto.

7.5. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que responderá integralmente pelos serviços executados por suas subcontratadas, inclusive quanto à qualidade, prazos, segurança, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e cumprimento das normas legais e regulamentares, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.6. A CONTRATADA deverá celebrar contrato formal com a subcontratada, mantendo-o disponível à fiscalização, sem que se estabeleça qualquer vínculo jurídico ou financeiro entre a CONTRATANTE e a subcontratada.

7.7. O pagamento pelos serviços executados será realizado exclusivamente em favor da CONTRATADA, vedado qualquer pagamento direto à subcontratada.

7.8. Caberá à CONTRATADA a gestão, supervisão e compatibilização das atividades subcontratadas, garantindo a integração operacional entre todas as frentes de execução, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos serviços contratados.

7.9. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

7.9.1. A admissão de subcontratação parcial decorre das características técnicas e operacionais inerentes à execução do objeto, que consiste na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica em múltiplas modalidades esportivas, com execução simultânea em diferentes locais e datas ao longo do calendário esportivo da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC.

7.9.2. A natureza multidisciplinar da execução exige a atuação coordenada de diferentes especialidades técnicas, especialmente em modalidades que demandam árbitros e cronometristas com habilitação específica e credenciamento junto às respectivas federações ou confederações esportivas. Em muitos casos, tais profissionais atuam vinculados a associações, cooperativas ou entidades especializadas de arbitragem esportiva, tornando a subcontratação parcial um mecanismo adequado para a disponibilização de equipes técnicas devidamente qualificadas.

7.9.3. Nesse contexto, a subcontratação constitui prática adequada ao setor, sendo necessária para:

- a) viabilizar a mobilização simultânea de equipes e profissionais especializados em múltiplas modalidades e locais;
- b) assegurar eficiência operacional e cumprimento do calendário esportivo municipal;
- c) ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a responsabilidade contratual;
- d) reduzir riscos operacionais decorrentes da concentração artificial de atividades heterogêneas em um único executor direto.

7.9.4. Ressalta-se que o modelo adotado não configura transferência da execução contratual, mas sim execução coordenada sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que permanece como integradora e responsável técnica pela entrega final do objeto, mantendo-se íntegros os deveres de supervisão, controle, qualidade e segurança.

7.9.5. Dessa forma, a previsão de subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do objeto harmoniza-se com a realidade técnica do mercado e com a natureza dos serviços contratados, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência, da competitividade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração Pública.

8. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 DA LEGISLAÇÃO

8.1.1 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

8.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.2.1. Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o serviço obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

8.2.2. Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;

8.2.3. Às disposições legais Municipais e Estaduais;

8.2.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

8.2.5. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

8.2.6. Às normas do Código de Defesa do Consumidor.

8.2.7. As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstos no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.2. Será VEDADA a participação de empresas nas seguintes condições:

9.2.1. Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;

9.2.2. Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;

9.2.3. Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

9.2.4. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

9.2.5. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

9.2.7. Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

9.2.8. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que

certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;

9.2.9. Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;

9.2.10. Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

9.3 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

9.3.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

9.3.2. Nesse sentido, o Acórdão nº 1.240/2008 – Plenário do TCU:

A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém ao permitir a Administração deverá observar as disposições contidas no Art. 33, lei 8.666/93, não podendo estabelecer condições não previstas expressamente na Lei, mormente quando restritivas ao caráter competitivo da licitação (grifo nosso).

9.3.3. No mesmo sentido também se pode citar o Acórdão nº 2.831/2012 – Plenário do TCU:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. **Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.**

9.3.4. No caso vertente, não se fazem presentes as premissas da alta complexidade e do grande vulto que justificariam a admissão de consórcio. O objeto da presente licitação consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica** para os eventos desportivos promovidos pela Secretaria de Educação e Esportes — SEDUC, tratando-se de serviço de natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis, amplamente ofertado no mercado por empresas de pequeno e médio porte com capacidade de execução individual e integral do objeto.

9.3.4.1. Conforme demonstrado no levantamento de mercado que instrui o Estudo Técnico Preliminar, **múltiplos entes da Administração Pública**, entre os quais o Município de Petrolina/PE e o Estado de Sergipe, contratam serviços análogos de arbitragem esportiva por meio de Pregão Eletrônico com participação individual de empresas, sem qualquer admissão de consórcio, o que evidencia que o mercado dispõe de fornecedores individualmente aptos a atender integralmente a demanda.

9.3.4.2. Ademais, os requisitos de habilitação técnica estabelecidos para a presente contratação, notadamente a comprovação de aptidão mediante atestado de capacidade técnica correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) das parcelas de maior relevância, não configuram exigências de complexidade ou vulto que inviabilizem a participação isolada de empresas, de modo que a formação de consórcio não se presta a ampliar o universo de concorrentes, mas, ao contrário, poderia reduzir a competitividade do certame ao permitir que empresas concorrentes se unam em detrimento da disputa individual.

9.3.4.3. Sob o aspecto financeiro, o valor estimado da contratação, distribuído ao longo do período de execução do calendário esportivo anual, não representa grande vulto nem encerra riscos financeiros de magnitude que justifique a associação de empresas para fins de compartilhamento de capacidade técnica ou econômico-financeira.

9.3.5. Por todo o exposto, conclui-se que a **vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio** é a medida que melhor atende ao interesse público no caso concreto, por prestigiar os princípios da **competitividade, economicidade e moralidade**, uma vez que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto econômico que torne restrito o universo de potenciais licitantes individuais, estando a vedação devidamente justificada em conformidade com as orientações dos Acórdãos TCU – Plenário nº 2.447/2014 e nº 1.305/2013.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Os requisitos de qualificação técnica ora estabelecidos, já discriminados e justificados no Estudo Técnico preliminar, item 5.3, encontram amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir dos licitantes a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.1.2. Na definição dos critérios de qualificação técnica, a Administração observou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, buscando estabelecer exigências necessárias e suficientes para assegurar a execução adequada do objeto, sem impor restrições desnecessárias que comprometam a competitividade do certame, em consonância com o disposto no art. 67, §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

10.2. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de **atestados de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto especificado neste termo,

observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 67, da Lei 14.133/21, com **no mínimo 10 % (dez por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação** desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado, qual seja: Serviço de Arbitragem Esportiva.

10.2.1. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação;

10.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços executados, além das datas de início e término;

10.3. **Declaração emitida pelo licitante** de que possui em seu quadro funcional ou como prestador de serviços, na data prevista da entrega da proposta, os profissionais suficientes a execução dos itens arrematados e com as seguintes qualificações:

10.3.1. Árbitros e Árbitros auxiliares:

- a) Com Capacitação técnica comprovada junto à Confederação, Federação e/ou Associações locais, a qual faz parte, através de/ou Atestado de Capacidade, Diploma, certificado das entidades correspondentes.
- b) Com Credenciamento ativo no Quadro de Árbitros da Confederação, Federação e/ou Associações locais. Credenciamento comprovado através da Carteira e/ou Certificado das entidades correspondentes.
- c) Apresentarem idade mínima de 18 anos, comprovando através da cópia do documento oficial de identificação.

10.4. Não serão admitidos a participação na execução dos serviços ora licitados, de empresas e/ou funcionários que estiverem cumprindo penalidades de suspensão imposta pela Comissão Disciplinar Especial de Justiça Desportiva, bem como se isso ocorrer durante a vigência do Contrato, sob condição de substituição do profissional ou rescisão do Termo de Contrato sem prejuízos na aplicação das penalidades impostas no Edital.

11. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1 A solução pretendida consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva para atuação nas competições, jogos e eventos promovidos pela Secretaria de Educação e Esportes**, a ser realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, adjudicação em Lote Único e entrega parcelada ao longo da vigência contratual.

11.2 Dessa forma, a contratação compreende a disponibilização de equipes de arbitragem qualificadas, incluindo árbitros e auxiliares, bem como o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à condução das partidas, conforme as regras oficiais de cada modalidade.

11.3 Além disso, os serviços deverão ser executados de acordo com o calendário de competições da Secretaria, podendo ocorrer em diferentes locais e horários simultaneamente, cabendo à contratada assegurar a presença das equipes devidamente uniformizadas e

identificadas, bem como arcar com todas as despesas operacionais necessárias, como deslocamento, alimentação, transporte de materiais e encargos legais.

11.4 Por fim, a solução definida caracteriza-se como uma prestação de serviço especializada, contínua e integrada, destinada a garantir a regularidade, a imparcialidade, a segurança e a organização das competições esportivas escolares e demais eventos promovidos pela SEDUC, assegurando a adequada condução técnica das disputas e a fidedignidade dos resultados registrados nas súmulas oficiais.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação serão incluídas no orçamento do Município de Caruaru, para o exercício vigente, conforme a classificação orçamentária detalhada a seguir:

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 - Secretaria de Educação e Esportes
12.361.1217.2.7004 - Suporte as Atividades Esportivas Escolares
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 - Secretaria de Educação e Esportes
12.361.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 - Secretaria de Educação e Esportes
27.812.2701.2.158 - Suporte aos eventos e competições de Desporto de Rendimento
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 - Secretaria de Educação e Esportes
27.812.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 - Secretaria de Educação e Esportes
27.812.2708.2.147 - Suporte as Atividades de Desporto e Lazer
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11002 - FUNDEB

12.361.1218.2.7004 - Suporte às Atividades Esportivas Escolares

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Os árbitros contratados deverão possuir registro em Confederação Nacional e/ou Federação Estadual da respectiva modalidade esportiva. A Contratada deve apresentar, no prazo máximo de 10 dias antes do início do evento, a relação de árbitros e componentes da equipe juntamente com o **comprovante de filiação junto às Confederações e/ou Federações esportivas** de cada um dos profissionais.

14.2 A execução dos serviços por parte de cada árbitro/equipe de arbitragem deverá ocorrer na data exata de cada modalidade esportiva, conforme cronograma do evento, a ser divulgado em período antecedente ao início da competição; entretanto, em virtude de fatores climáticos ou de força maior que impossibilitem a realização de alguma modalidade na hora ou dia previsto, a(s) modalidade(s) em questão poderá(ão) ser prorrogada(s), sendo o serviço realizado em momento posterior.

14.3 A conclusão do serviço ficará condicionada ao término das provas/combates/jogos daquela modalidade específica para o qual o árbitro/equipe de arbitragem foi contratado.

14.4 A Contratada deverá executar fielmente os serviços, objeto do contrato, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho e em conformidade com sua proposta apresentada e orientações da Contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços.

14.5 A Contratada deverá garantir todos os recursos humanos para a perfeita execução dos serviços, além de recursos materiais como uniformes, conforme orientação específica de cada federação, apitos, cartões, súmulas, que deverão ser disponibilizadas à Contratante após a conclusão dos serviços, dentre outros, segundo as especificidades e necessidades apresentadas por cada uma das modalidades esportivas demandadas no presente Termo de Referência.

14.6 Todas as despesas de pessoal como deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução dos serviços deverão ser custeadas pela Contratada, não gerando vínculo empregatício, portanto, entre os funcionários da Contratada e a Administração Contratante.

14.7 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

14.8 A empresa Contratada deverá também cercar-se das garantias legais nos termos da legislação trabalhista, encargos previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive em relação à higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho, fornecendo uniformes, e equipamentos de segurança e proteção individual adequado (EPI e EPC).

14.9 Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.

14.10 Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE.

14.11 Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

14.12 Executar os serviços de arbitragem, conforme solicitado dentro de cada modalidade, conforme condições contidas neste Termo de Referência.

14.13 Responsabilizar-se pela substituição imediata de quaisquer arbitragens dentro de cada modalidade que não atender às exigências deste Termo de Referência, inclusive pela sua ausência nos dias dos jogos e pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços.

14.14 Emitir Notas Fiscais devidamente preenchidas de acordo com as descrições dos itens.

14.15 Manter seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

14.16 Uniformizar todos os árbitros, de acordo com as modalidades.

14.17 Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes.

14.17 A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

15. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

15.1. Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

15.2. Solicitar o fornecimento do serviço constante do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecedor;

15.3. Verificar a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

15.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

15.8. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

15.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

16.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

16.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

16.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf

16.14. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru-PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

17.. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021).

18. PROPOSTA

18.1. Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

18.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 90 (Noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante, anexado a elas devem constar catálogo e os certificados dos itens que forem exigidos.

18.1.2. Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

18.2. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

19. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. Em caso de contrato firmado, a contratada deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

19.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

20. MATRIZ DE RISCOS

20.1. A Matriz de Riscos, apresentada no Anexo II do Estudo Técnico Preliminar que subsidia este Termo de Referência, tem por objetivo identificar, avaliar e classificar os eventos de risco que possam comprometer a execução dos serviços especializado de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica, incluindo todas as despesas diretas e indiretas, encargos, tributos e o gerenciamento logístico, a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE.

20.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pelos riscos que lhe forem atribuídos na Matriz de Riscos, incluindo, mas não se limitando a:

- Garantia da disponibilidade de profissionais qualificados para a execução dos serviços; Cumprimento das escalas de arbitragem;
- Disponibilização e funcionamento adequado dos equipamentos de arbitragem e cronometragem;
- Logística de deslocamento, alimentação e eventual hospedagem dos profissionais;
- Substituição imediata de árbitros ausentes ou impedidos;
- Observância das regras oficiais das modalidades esportivas.

20.3. A CONTRATANTE será responsável pelos riscos atribuídos à sua competência na Matriz de Riscos, abrangendo:

- Planejamento e definição do calendário esportivo;
- Comunicação tempestiva de alterações de datas, locais ou modalidades;
- Designação de fiscal ou comissão responsável pela gestão do contrato;
- Disponibilização das estruturas esportivas necessárias para realização das partidas.

20.4. São riscos de responsabilidade compartilhada, abrangendo:

- Comunicação institucional entre as partes;
- Ajustes operacionais decorrentes de alterações no calendário esportivo;
- Adequações necessárias para assegurar a continuidade das competições.

20.5. A Matriz de Riscos é parte integrante do contrato, sendo obrigatória para consulta e referência ao longo de toda a execução e gestão contratual, independentemente de sua transcrição no corpo do instrumento principal.

20.6. Para os fins deste contrato, considera-se "risco" qualquer evento ou condição incerta que, ao ocorrer, possa prejudicar o alcance dos objetivos estabelecidos para a execução do serviço de transporte escolar. Os riscos serão avaliados com base na probabilidade de ocorrência e na gravidade de seus impactos na prestação dos serviços.

20.7. Os riscos identificados serão monitorados e gerenciados continuamente durante a vigência contratual. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA medidas corretivas ou mitigadoras caso eventos de risco se materializem, assegurando a continuidade do serviço sem prejuízo à segurança, à qualidade e aos resultados esperados.

20.8. Os eventos de risco e as respectivas responsabilidades poderão ser revisados mediante justificativa técnica, com a devida formalização pelas partes e anuência prévia da

CONTRATANTE. Essa revisão deverá observar a legislação aplicável e garantir que as condições ajustadas não prejudiquem o interesse público vinculado ao contrato.

21. DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.

21.2. Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

21.3. Será admitida subcontratação do objeto.

21.4. A licitação deverá ser realizada sob o tipo “menor preço global” para fins da escolha mais vantajosa.

21.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

21. ANEXOS

21.1. ANEXO I – QUADRO RESUMO DOS QUANTITATIVOS MÁXIMOS E MÍNIMOS POR CADA ITEM A SEREM USADOS POR DIA DE EVENTO

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

ADSON JOSÉ LEONEL BARBOZA
Secretário Executivo de Esportes
Matrícula – 55952-9

**ANEXO I- QUADRO RESUMO DOS QUANTITATIVOS MÁXIMOS E MÍNIMOS
POR CADA ITEM A SEREM USADOS POR DIA DE EVENTO**

ITEM	UNID	QUANT. Mínima por dia de evento	QUANT. Máxima por dia de evento
1	JOGO	5	10
2	JOGO	4	8
3	JOGO	40	80
4	JOGO	5	10
5	JOGO	14	20
6	ETAPA	1	3
7	ETAPA	1	3
8	ETAPA	1	3
9	ETAPA	1	3
10	ETAPA	1	3
11	ETAPA	1	3
12	ETAPA	1	3
13	ETAPA	1	3
14	ETAPA	1	3
15	ETAPA	1	3
16	ETAPA	1	3



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9984-23B1-16E7-EEA0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADSON JOSE LEONEL BARBOZA (CPF 037.XXX.XXX-71) em 19/03/2026 10:50:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/9984-23B1-16E7-EEA0>